



BOLETIM - ANO III – Nº 104

Rio de Janeiro, 10 de Janeiro de 2013

2013: ANO COM FORTE RISCO DE FLEXIBILIZAÇÃO DE DIREITOS

Uma das formas de avaliar o comportamento do Congresso em relação aos direitos dos trabalhadores consiste em analisar o resultado das votações ao longo da legislatura. Outra, também válida, resulta do exame dos projetos apresentados na Câmara e no Senado.

Neste último quesito, a partir de 2011, identificamos um forte movimento pela precarização das relações trabalhistas por parte de alguns parlamentares, inclusive da base de apoio ao governo. Naquele ano foram apresentados vários projetos com o propósito de extinção ou afrouxamento de direitos previstos na CLT, além da tentativa de enfraquecimento das entidades sindicais.

A consequência desse ambiente hostil – que impediu que temas como redução da jornada, fim do fator previdenciário e estabilidade de dirigentes sindicais avançassem – foi a de o movimento sindical começar a agir defensivamente para evitar retrocessos, como a eventual aprovação de matérias contrárias aos trabalhadores.

A investida sobre as relações trabalhistas não arrefeceu em 2012, pelo contrário. A pressão foi intensa, mas o fato de ter havido incentivos fiscais e monetários ao setor empresarial, de um lado, como a desoneração da folha de salários, e, de outro, o presidente da Câmara ter origem no movimento sindical, ajudaram no sentido de evitar o avanço sobre direitos.

Para 2013, na economia, o humor vai depender das relações estabelecidas para recuperar a Europa e, na política, dependerá da mudança das presidências das Casas do Congresso, particularmente da Câmara, cujos potenciais candidatos não possuem relações com o movimento sindical. O deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) presidiu a Comissão de Trabalho quando foi votado o projeto de flexibilização da CLT, durante o governo FHC, e o deputado Júlio Delgado (PSB-MG) é autor do projeto que propõe o simples trabalhista.

Se persistir um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) tímido, inferior a 3% em 2013, sem uma retomada com vigor dos investimentos, o setor empresarial ampliará a pressão sobre os direitos trabalhistas, alegando que os incentivos fiscais e monetários não foram suficientes para manter os empregos tampouco para gerar novos neste ano.

Além disto, a ausência de diálogo da presidente com as centrais sindicais favorece esse ambiente pró-mitigação dos direitos trabalhistas. Desde a posse de Dilma, as entidades

sindicais aguardam uma sinalização da presidente em relação a três pontos que os trabalhadores consideram essenciais: 1) a redução da jornada, 2) a proteção contra a despedida imotivada e 3) o fim do fator previdenciário.

Com um governo distante dos trabalhadores, sem os diálogos que existiam na gestão do ex-presidente Lula, e um Congresso sensível à demanda empresarial, a precarização nas relações de trabalho pode ganhar força.

A presidente Dilma, conforme editorial do *Boletim do DIAP* de outubro de 2012 estruturou seu governo em quatro fases. Na primeira destinou-se a acalmar a mídia e os estratos médios. Na segunda, a combater a crise internacional. Na terceira, a abrir à iniciativa privada setores estatais. E, na quarta, promover mudança no Mundo do Trabalho, começando pela adoção da previdência complementar para os servidores.

Do lado empresarial, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) listou 101 propostas de “modernização das relações trabalhistas” e apresentou à presidente Dilma Rousseff um pacote para modificar a legislação trabalhista. Para a representante empresarial, isso tornaria a indústria mais competitiva e contribuiria para o desenvolvimento sustentável do País.

O ambiente político, portanto, requer atenção redobrada dos trabalhadores sobre o Congresso e também sobre o Executivo para evitar o enfraquecimento das relações entre o capital e trabalho. O movimento sindical precisa pressionar por diálogo e promover campanhas e marchas para pautar os temas de seu interesse, sob pena de prevalecer a agenda empresarial.

Ou o governo, por pressão dos trabalhadores e suas entidades, deixa claro de que lado está ou ficará sem forças para impedir retrocessos nas relações de trabalho. E o meio para isto é a pressão e a cobrança sobre a presidente Dilma.

Veja as principais proposições que atacam os direitos dos trabalhadores apresentadas em 2011 e 2012:

Ameaças apresentadas em 2011

PL 948/2011 – impede que o empregado demitido possa reclamar na Justiça do Trabalho.

PL 951/2011 – flexibiliza os direitos trabalhistas dos empregados de pequenas e microempresas.

PL 1.463/2011 – cria o Código do Trabalho e flexibiliza os direitos trabalhistas com a adoção da prevalência do negociado sobre o legislado.

Ameaças apresentadas em 2012

PL 3.785/2012 – cria o contrato de trabalho intermitente que busca a formalização do trabalho eventual e por hora trabalhada.

PL 4.193/2012 – assegura o reconhecimento das convenções e acordos coletivos prevendo a prevalência sobre o legislado.

PLS 252/2012 – modifica o prazo de duração dos mandatos sindicais e alterar critérios para eleições nas organizações sindicais.

André Santos - Especialista em política e representação parlamentar, é jornalista e assessor parlamentar do Diap

Neuriberg Dias - Assessor parlamentar do Diap

Fonte: www.diap.org.br

REFORMA NÃO PODE TIRAR DIREITOS DOS TRABALHADORES, DEFENDE MINISTRO DO TST



(Qua, 9 Jan 2013, 12h)

No programa TST Entrevista lançado no último dia 19 de dezembro, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Maurício Godinho Delgado afirmou que não é viável retirar direitos dos trabalhadores em nome de uma reforma da legislação trabalhista. Segundo ele, no médio prazo haveria reflexos negativos no mercado interno com prejuízos para toda a sociedade, inclusive para os empresários. "A proposta de redução de custos do trabalho a partir da redução de direitos trabalhistas é absolutamente irracional e injustificável", defende Delgado, que é autor de 17 livros, individuais e coletivos, sobre Direito do Trabalho.

De acordo com o ministro, os gastos das empresas com o trabalhador formal não deve ser encarado como custo, mas sim como investimento. Ele destaca que o sistema econômico tem condições de reduzir custos investindo em produtividade, seja por meio de novas tecnologias ou com aumento da qualificação dos trabalhadores.

Segundo o ministro, ao longo do tempo, tornou-se mais prático para o Estado concentrar os tributos no trabalho por ser mais fácil de fiscalizar, mas que já há, hoje, condições para a utilização de instrumentos tributários que reduzam a incidência de tributos e contribuições sociais sobre a folha salarial em alguns setores. "Não há razão técnica para que o trabalho humano seja o centro da tributação", defende o ministro do TST.

Em relação à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ele considera não ser necessário fazer reforma no plano do direito individual do trabalho nem no do direito processual, que atendem plenamente às necessidades da sociedade. O ministro enfatiza que a CLT funciona muito bem e é até mais flexível que a de alguns países europeus, como a França, Alemanha e os países nórdicos, que têm mecanismos para restringir o poder de dispensa do empregador, evitando demissões injustificadas.

No Brasil, aponta ele, essas garantias se aplicam apenas em casos excepcionais, como o da gestante, de dirigentes sindicais e o trabalhador vítima de acidente de trabalho. "Sob esse ponto de vista, a taxa de rotatividade no Brasil é enorme", sustenta.

Já no campo do direito coletivo do trabalho (organização sindical), o ministro considera ser possível aperfeiçoar a legislação de forma a restringir o processo de fracionamento de sindicatos, assegurar a presença de entidades mais representativas. O ministro sustenta, ainda, a necessidade de incorporar ao direito coletivo brasileiro uma tradição do direito

coletivo europeu, a representação sindical dentro das empresas, porque aperfeiçoa a democracia no ambiente empresarial.

(Pedro Rocha/MB).

Fonte: www.tst.jus.br

TETO DO REGIME GERAL PASSA DE R\$ 3.916,20 PARA R\$ 4.175,05

O teto do Regime Geral de Previdência Social, com a elevação do salário mínimo de R\$ 622 para R\$ 678, passou de R\$ 3.916,20 para R\$ 4.175,05, a partir de fevereiro.

O índice de reajuste para os benefícios com valor acima do salário mínimo será de 6,15%. A portaria dos ministérios da Fazenda e Previdência Social com os índices de reajustes destes benefícios e a nova tabela de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso foi publicada na seção I do Diário Oficial da União, desta quarta-feira (9).

O teto da Previdência Social para 2013 é de R\$ 4.157,05.

O reajuste dos benefícios de até um salário mínimo atingirá 20 milhões de segurados e representará um impacto líquido de R\$ 10,7 bilhões nos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em 2013.

Já o aumento para quem ganha acima do piso previdenciário representará um impacto líquido de R\$ 9,1 bilhões.

Contribuições

Também foram estabelecidas as novas alíquotas de contribuição do INSS dos trabalhadores empregados, domésticos e trabalhadores avulsos.

As alíquotas são de 8% para aqueles que ganham até R\$ 1.247,11; de 9% para quem ganha entre R\$ 1.247,12 e R\$ 2.078,52 e de 11% para os que ganham entre R\$ 2.078,53 e R\$ 4.157,05. Estas alíquotas – relativas aos salários pagos em janeiro - deverão ser recolhidas apenas em fevereiro.

O valor mínimo dos benefícios pagos pelo INSS – aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte – das aposentadorias dos aeronautas e das pensões especiais pagas às vítimas da síndrome da talidomida, será de R\$ 678.

O mesmo piso vale também para os benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) para idosos e portadores de deficiência, para a renda mensal vitalícia e para as pensões especiais pagas aos dependentes das vítimas de hemodiálise da cidade de Caruaru (PE). Já o benefício pago aos seringueiros e seus dependentes, com base na Lei 7.986/89, terá valor de R\$ 1.356.

A cota do salário-família passa a ser de R\$ R\$ 33,14 para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 646,24 e de R\$ 23,35 para o segurado com remuneração mensal superior a R\$ 646,24 e igual ou inferior a R\$ 971,33.

Já o auxílio-reclusão será devido aos dependentes do segurado cujo salário-de-contribuição seja igual ou inferior a R\$ 971,33. O teto do salário-de-contribuição e do salário-de-benefício passa de R\$ 3.916,20 para R\$ 4.157,05. (Fonte: *Ministério da Previdência Social*).

DILMA SANCIONA PROJETO DE LEI QUE CRIA O VALE-CULTURA

A presidenta Dilma Rousseff sancionou o projeto de lei que cria o Vale-Cultura, no valor de R\$ 50 por mês, para trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos. O projeto depende ainda de regulamentação e deve entrar em vigor no segundo semestre de 2013. A ministra lembrou que a iniciativa do governo Lula de criar o Bolsa Família teve como objetivo acabar com a fome e a miséria e disse que Dilma, agora, com o Vale-Cultura, "dá o alimento para a alma". Segundo a ministra, "existe uma enorme sede de conhecimento". As empresas que aderirem ao programa terão isenção de impostos de R\$ 45 por vale doado e o trabalhador contribuirá com R\$ 5. "Temos cerca de 17 milhões de trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos, mas trabalhamos com muito menos [adesões]. Devagarzinho, paulatinamente, como foi com a Lei Rouanet e o tíquete alimentação."

Segundo a ministra, a estimativa é que o governo deixe de arrecadar R\$ 500 milhões [renúncia fiscal] se o Vale-Cultura entrar em vigor em agosto. "Depois, haverá um aumento [no número de adesões]. Vai depender da adesão das empresas e do interesse do trabalhador", explicou.

O Vale-Cultura é cumulativo e poderá ser usado para comprar livros, ingressos de teatro, de cinema, de espetáculos de dança, disse a ministra. "O trabalhador pode escolher onde quer consumir."

Marta esclareceu que o Vale-Cultura não é obrigatório nem para as empresas, nem para os trabalhadores, mas acredita que haverá uma grande adesão. As empresas poderão usar até 1% do rendimento bruto para concessão do benefício.

Fonte: Agência Brasil

DIRETORIA DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS PROFISSÕES LIBERAIS- CNPL TOMOU POSSE NO DIA 2 DE JANEIRO DE 2013

O novo presidente Carlos Alberto Schmitt de Azevedo anuncia que promoverá ações em prol dos profissionais liberais brasileiros

No dia 2 de janeiro de 2013, Carlos Alberto Schmitt de Azevedo assumiu a presidência da Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL, pelos próximos quatro anos, período de 2013 a 2016, tendo como objetivos intensificar ações com a base, investir em qualificação profissional e formação sindical, reativando a escola de formação da CNPL, a UNICNPL, participar mais ativamente das negociações salariais e ampliação do mercado de trabalho, unindo forças com as categorias e as entidades sindicais em busca de melhores condições para os profissionais liberais brasileiros.

Outro propósito da nova Diretoria é ampliar as relações com os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como com os Conselhos Nacionais ligados aos ministérios, como por exemplo o de Saúde, Educação, Política Fazendária, Habitação e outros, onde são abordados temas de interesse direto das categorias representadas.

Na visão do novo presidente da CNPL, nos próximos anos, o profissional liberal terá muitas oportunidades no mercado de trabalho. Mas, em sua opinião, é preciso considerar que ele terá também uma grande concorrência externa, em muitos setores da economia. “Isso mostra que precisaremos nos qualificar cada vez mais para enfrentar esse desafio. Ficaremos atentos para evitar que não haja uma invasão estrangeira, o que pode vir a prejudicar o cenário do trabalho no Brasil”.

Sobre a CNPL

A Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL conta com uma estrutura sindical que abrange 28 federações filiadas, mais de 600 sindicatos representantes de 51 profissões e de cerca de 15 milhões de profissionais em todo o País.

Texto: Danielle Ruas

Edição: Lenilde De León

Fonte: www.cnpl.org.br

FATOR PREVIDENCIÁRIO

Previdência será o tema do ano no Congresso. Pelo menos duas proposições legislativas envolvendo segurados do INSS devem ser debatidas no Congresso.

São duas matérias, uma favorável e outra contrária aos segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

A primeira delas já está em tramitação, o PL 3.299/2008, que propõe a extinção do fator previdenciário. E a segunda, ainda em fase de elaboração no Ministério da Previdência, propõe modificações no critério de concessão de pensões, particularmente para exigir carência de contribuição e fixar critérios para evitar fraudes, como os casamentos de fachada.

Quanto ao mérito, são classificadas como contrárias no caso do Regime Geral (INSS), a proposta de modificação na concessão das pensões. A proposta sobre pensões, com certeza, não se limitará a coibir fraudes, mas irá propor algum tipo de redutor, além condicionar seu valor ao número de dependentes.

Classificam-se como favoráveis o projeto que extingue o fator previdenciário. A tendência, entretanto, é que haja a flexibilização do fator, nos termos do substitutivo do deputado Pepe Vargas (PT-RS), que ameniza a situação dos segurados que atingiram os 30 anos de contribuição, no caso da mulher, e de 35 anos, no caso do homem, antes de completarem 60 anos de idade.

Apesar do calendário apertado, por força das eleições municipais, o Congresso terá que trabalhar muito em 2012, especialmente entre fevereiro e julho, antes do recesso, e entre novembro e dezembro, após as eleições, para dar conta da ampla, complexa e polêmica agenda legislativa, a começar pelos temas previdenciários.

Mito do déficit

O presidente da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Álvaro Sólton França, afirmou que o déficit da Previdência é um mito. Ele apresentou estudo realizado pela entidade segundo o qual, em 2010, houve um superávit nas contas da Previdência de R\$ 58 bilhões, o que mostra que o atual sistema nacional é sustentável.

O dirigente da Anfiap disse que as contas da Previdência aparecem deficitárias porque o governo retira o dinheiro da área para pagar, por exemplo, os juros da dívida pública - e não por causa do pagamento de aposentadorias e benefícios

Fonte: www.diap.org.br

PRAZO PARA ENTREGA DA RAIS COMEÇA NA PRÓXIMA TERÇA-FEIRA

Cristiane Simões

Este ano, empresas com mais de 20 funcionários precisarão de certificado digital para transmitir o relatório

Na próxima terça-feira, 15 de janeiro, começa o prazo para empregados e contadores entregarem ao Ministério do Trabalho o Relatório Anual de Informações Sociais, mais conhecido como RAIS. O prazo para emissão do documento termina no dia 8 de março. Uma das funções do Relatório é servir como base para o pagamento do abono do PIS/PASEP, que beneficia anualmente trabalhadores com média salarial inferior a dois salários mínimos. A partir deste ano, há uma novidade: todas as empresas com 20 ou mais vínculos empregatícios terão que transmitir a RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais) com certificação digital. Até então essa exigência era feita apenas a empresas com mais de 250 funcionários.

De acordo com Mauro Moraes, especialista em Gestão Tributária e Fiscal da empresa de software contábil Alterdata, os empresários devem ficar atentos, pois o atraso na entrega da RAIS está sujeito a multa a partir de R\$425,64 mais acréscimo de R\$106,40 por bimestre de atraso, podendo ser dobrada caso ultrapasse o exercício em relação ao prazo de entrega. "O contador e o empresário não podem deixar a emissão do certificado ou renovação para a última hora. Devem providenciar o quanto antes para evitar a perda do prazo e eventual multa. Só são aceitos certificados válidos na data do envio, ou seja não pode ter sido revogado ou estar fora do prazo de validade".

As declarações deverão ser fornecidas por meio da internet, mediante utilização do programa gerador de arquivos da Rais - GDRAIS2012, obtido nos sites: www.mte.gov.br/rais e www.rais.gov.br. O certificado digital pode ser emitido em nome do estabelecimento ou em nome da pessoa física responsável pela entrega da declaração. Para adquirir um certificado digital, basta procurar uma empresa que tenha autorização para a emissão do documento. A lista de Autoridades Certificadoras pode ser consultada no link <http://www.itl.gov.br/icp-brasil/estrutura>

Fonte: www.cfc.org.br

SETRAB: 2.249 VAGAS DE EMPREGO SOMENTE NESTA ESTA SEMANA

Região Metropolitana é a que tem mais ofertas: 1.026

A Secretaria de Estado Trabalho e Renda (Setrab) dispõe esta semana de 2.249 vagas de emprego. Uma das áreas que mais chama a atenção é a construção civil, em razão dos grandes eventos, como Copa das Confederações, este ano, Copa do Mundo-2014 e os Jogos Olímpicos-2016, além do setor de serviços, também por conta da Jornada

Mundial da Juventude e do Rock in Rio. O candidato pode comparecer a um dos 62 postos do Estado do Rio, das 8h30min às 16h, para fazer o seu cadastro e ser encaminhado para entrevista nas empresas.

Além do salário, o trabalhador (dependendo da empresa), terá direito ainda a assistência médica e odontológica, vale-transporte, auxílio refeição e alimentação. O pessoa que possuir cursos de qualificação tem chances de entrar no mercado com mais rapidez. Mas para determinadas funções a demanda é grande, como pedreiro, marceneiro, ajudante e servente de obras, basta ter concluído o Ensino Fundamental.

A Região Metropolitana é que mais oferece oportunidades: são 1.026 vagas de emprego. Somente no posto de Niterói são 172 vagas disponíveis esta semana, sendo 45 para operador de telemarketing, com salário inicial de R\$ 672,00; e 30 para estocador, pedreiro e ladrilheiro, com salário de R\$ 1.250,00.

No setor da construção civil, o que mais se destaca na Região Metropolitana é a oportunidade para pedreiros, com média salarial de R\$ 1.250,00. Há ainda ofertas no mesmo setor para marceneiro e serralheiro, ambos com um salário de R\$1.300,00, e servente de obras, ganhando R\$ 952,00. Para o atendimento aos turistas, a função de garçom também estará em alta, com salário em torno de R\$ 780,00, além de benefícios.

Baixada Litorânea conta com 225 vagas para atendente de telemarketing*

Também na Região da Baixada Litorânea (572 vagas no total), há chances para pedreiro, servente de obras e ajudante de obras, com salários que variam entre R\$680,00 (ajudante de obras) e R\$ 1.062,00 (pedreiro). Existem ainda 225 oportunidades para atendente de telemarketing, em Casimiro de Abreu, com um salário de R\$ 670,00, sendo esta uma ótima opção para o primeiro emprego, já que não exige experiência.

A Região Serrana, por sua vez, possui 248 empregos para Petrópolis e Teresópolis, em que 15 são para vendedor de serviços e 14 para técnico de enfermagem, por exemplo. No setor de construção civil existem chances para pedreiro, com um salário de R\$1.100,00, e marceneiro - podendo ganhar R\$ 1.400,00.

No Médio Paraíba, 231 oportunidades são oferecidas, em que há 30 para oficial de serviços gerais e 53 para ajudante de cozinha, com um salário de R\$ 729,00. Já a Baixada Fluminense possui 89 ofertas, em que 30 são para recepcionista de crediário e 20 para auxiliar de estoque e em ambas as funções a média de salário é de R\$730,00.

No Norte e Noroeste Fluminense, 83 vagas são disponibilizadas. Para Campo dos Goytacazes, 10 são para auxiliar de limpeza, ganhando R\$800,00, e em Itaperuna, 50 para auxiliar de linha de produção, recebendo R\$ 750,00.

Mais informações –* A Setrab conta com 62 postos em todo o Estado do Rio e para o candidato saber qual o mais próximo da sua residência, basta ligar para (21) 2332-9999 ou acessar o site: <http://www.rj.gov.br/web/setrab>. É necessário que a pessoa apresente, na ocasião, carteira de trabalho, currículo, PIS/PASEP, RG, CPF e comprovante de residência.

Fonte: <http://www.rj.gov.br/web/setrab>.